

MENSAGEM Nº 30/2018

*Senhor Presidente,
Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores*

Tenho a honra de encaminhar para apreciação e deliberação nesta Casa de Leis Projeto nº 30, de 12 de abril de 2018 que “**Altera a redação do Artigo 3º, da Lei nº 3.912, de 08 de dezembro de 2009**”.

A já aprovada Lei nº 3.912 de 8 de dezembro de 2.009, autorizou o Município a doar o imóvel constante da matrícula nº 23.701 do Serviço Registral de Imóveis local em favor da União Federal, com destinação a construção, instalação e funcionamento da Vara do Trabalho.

Ocorre que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região solicitou a prorrogação do prazo para mais 3 (três) anos e meio, com vistas a elaborar o projeto executivo da obra, levantamento de valores estimativos e a inclusão da proposta prévia orçamentária dos anos 2.016 e 2.017 do TRT, bem como a inclusão de tal verba no orçamento fiscal da União Federal dos próximos anos, conforme cópia do ofício em anexo.

Logo, o presente projeto de lei visa tão somente alterar o prazo anteriormente previsto, com vistas a possibilitar à União Federal a construção e instalação da vara do Trabalho em prédio próprio, que em muito beneficiará toda comunidade.

Expostas, assim as razões, submeto o presente Projeto de Lei a apreciação de Vossas Excelências, requerendo desde já, a sua aprovação em caráter de urgência.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.

CÂMARA MUNICIPAL ITURAMA - MG
17/04/2018 12:14 000315

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 12 DE ABRIL DE 2018.

“Altera a redação do Artigo 3º, da Lei nº 3.912, de 08 de dezembro de 2009”.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º O Artigo 3º da Lei nº 3.912 de 8 de dezembro de 2009 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º O imóvel de que trata esta Lei reverterá ao patrimônio do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, se até o final do ano de 2.021 não tiver sido construído naquele local a Vara do Trabalho descrita no art. 2º.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iturama-MG, 12 de abril de 2018.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.

*À Comissão de Finanças, Justiça e
Legislação para oferecer parecer.*

Sala das Sessões, 07 / 05 / 2018

Presidente da Câmara

A Comissão de Orçamento e tomada
de contas para oferecer parecer

Sala das Sessões, 07 / 05 / 2018

Presidente da Câmara

Aprovado em *02* discussão

Por *unanimidade*

Sala das Sessões em *07 / 05 / 2018*

O Presidente

À Sanção

Sala das Sessões em *07 / 05 / 2018*

O Presidente



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Vara do Trabalho de Iturama

Av: Belo Horizonte, 1.544 – Centro - CEP 38.280-000 – Telefone (34) 3411-2062



Iturama, 11 de Abril de 2018.

Ref.: Doação de Imóvel para a União com destinação ao TRT 3ª Região para construção do Fórum da Justiça do Trabalho em ITURAMA

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Iturama/MG,

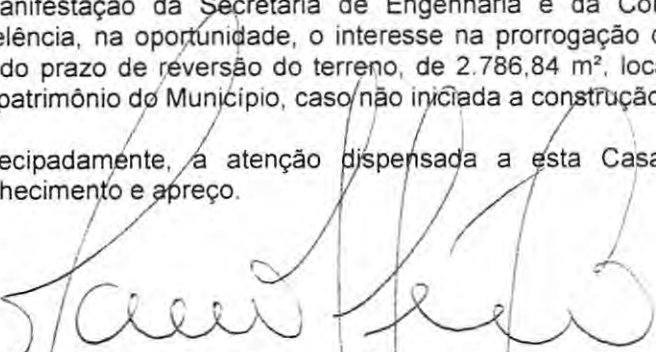
Em cordial visita temos a honra de promover, à elevada apreciação de V. Excelência, pleito no sentido de prorrogar o prazo de reversão do imóvel doado em favor da União Federal, com destinação ao TRT da 3ª Região, para funcionamento da Vara da Justiça do Trabalho, nesse Município. A Vara da Justiça do Trabalho, em ITURAMA, embora bem equipada, funciona precária e provisoriamente, em instalações adaptadas em imóvel de terceiros, como é de seu conhecimento. Tem-se notado uma intensa atividade da Vara, porém suas acomodações no imóvel alugado deixam a desejar, já que, por lá transita grande número de pessoas, o acesso apresenta restrições, dificultando a utilização por deficientes físicos, idosos e com mobilidade reduzida, e suas características prejudicam a segurança, o que tem causado transtornos ao público e ao perfeito funcionamento das atividades ali exercidas.

Ocorre que realizada a doação, o TRT 3ª Região, com o apoio do corpo técnico da Prefeitura Municipal, elaborou e aprovou projeto tendo instruído com a documentação para formalização de licitação, ainda no decorrer de 2015. Ocorre que a Justiça do Trabalho, já em 2016 ficou condicionada a restrições e limitações orçamentárias que inviabilizaram a finalização do processo de licitação, em 2016 e 2017, o que determinou a não conclusão da concorrência pública para o início das obras em 2016 ou 2017. Nesta esteira, em reunião orçamentária realizada pela Administração em 11/08/17, não se viabilizou inclusão orçamentária para qualquer construção ainda não iniciada, com impacto diretamente no projeto de construção do Fórum local.

Como diretriz administrativa e para o melhor aproveitamento dos bens imóveis disponibilizados, considerando inclusive manifestação da Secretaria de Engenharia e da Corregedoria do Egrégio Tribunal, solicito a V. Excelência, na oportunidade, o interesse na prorrogação da vigência da doação realizada, com ampliação do prazo de reversão do terreno, de 2.786,84 m², localizado na Avenida Dr. Paulo Emílio Fontoura, ao patrimônio do Município, caso não iniciada a construção até 31/12/21.

Agradecendo, antecipadamente, a atenção dispensada a esta Casa, enviamos a Vossa Excelência, votos de reconhecimento e apreço.

Respeitosamente.


Dr. Marco Aurélio Ferreira Climaco dos Santos
Juiz Titular da Vara do Trabalho de Iturama

LEI Nº 3.912, DE 08 DE DEZEMBRO D 2009.

**Desafeta e autoriza doação do imóvel que
específica e dá outras providências.**

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art 69, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica desafetado da condição de bem de uso comum do povo para a categoria de bem de uso dominical o imóvel formado pela Área Institucional com 2.786,842 m², sem benfeitorias, situado nesta cidade e comarca de Iturama-MG, no bairro Recanto dos Lagos, dentro das seguintes medidas e confrontações: “Terreno de forma irregular, localizado no cruzamento das ruas Dr. Paulo Emilio Fontoura, Ananias José de Queiroz e Expedito Gonçalves, medindo 46,46 metros de frente para a rua Dr. Paulo Emilio Fontoura + 2,50 metros em chanfro com a rua Ananias José de Queiroz + 2,50 metros em chanfro com a rua Expedito Gonçalves; aos fundos medindo 50,704 metros confrontando com área rural; de um lado medindo 49,82 metros confrontando com a rua Ananias José de Queiroz e do outro lado medindo 58,239 metros confrontando com a rua Expedito Gonçalves”, consoante Matrícula nº 23.701, do S.R.I. local.

~~Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à União Federal, com destinação ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, CNPJ nº 01.298.583/0001-41, com sede em Belo Horizonte, na avenida Getúlio Vargas, nº 255, para implantação, instalação e funcionamento do Posto Avançado da Justiça do Trabalho, na cidade de Iturama, Minas Gerais, a totalidade da área do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei.~~

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a União Federal, com destinação ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, CNPJ nº 01.298.583/0001-41, com sede em Belo Horizonte, na Avenida Getúlio Vargas, nº 255, para implantação, instalação e funcionamento da Vara do Trabalho, na cidade de Iturama, Minas Gerais, a totalidade do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei.

****Redação dada pelo Art. 1º da Lei nº 4.193, de 20 de novembro de 2012.***

Parágrafo único. O imóvel de que trata o *caput* deste artigo foi avaliado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 11/2009 em R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Art. 3º O imóvel de que trata esta Lei reverterá ao patrimônio do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, se até o final do ano de 2.012 não tiver sido construído naquele local o Posto Avançado da Justiça do Trabalho descrito no art 2º.

Art. 3º O imóvel de que trata esta Lei reverterá ao patrimônio do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, se até o final do ano de 2.017 não tiver sido construído naquele local a Vara do Trabalho descrita no art 2º.

****Redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 4.193, de 20 de novembro de 2012.***

~~Art. 4º A destinação da área mencionada no art 2º, desta Lei não poderá ser alterada, sob pena de a mesma ser revertida ao Município de Iturama, Estado de Minas Gerais.~~

Art. 5º Após efetivação da doação descrita no Artigo 1º desta Lei, o Estado de Minas Gerais, através de seu órgão competente, reverterá ao Município de Iturama, o imóvel com área de 10.000,00 m2, doados através da Lei Municipal nº 3.032, de 07/11/1997, constante da matrícula nº 15.847 do Serviço Registral de Imóveis local, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

**** Redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 4.356, de 11 de abril de 2014.***

Art. 5º Da escritura pública de doação constará obrigatoriamente que o pagamento de eventuais indenizações das benfeitorias executadas pelo donatário será realizado em 30 (trinta) parcelas anuais, iguais e sucessivas, cuja avaliação do valor econômico será efetuada por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes.

Art. 6º As despesas referentes à lavratura e registro da escritura pública de doação do imóvel de que trata o art 2º, desta Lei, bem como eventuais despesas referentes ao Imposto Sobre Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI serão de inteira responsabilidade do donatário.

Art. 7º Fica o setor de contabilidade do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, em razão da doação de que trata a presente Lei, autorizado a promover as

alterações no balanço patrimonial deste, devendo informá-las ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, será o órgão público responsável pela fiscalização do implemento das obrigações definidas nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Iturama, MG, 08 (oito) de dezembro de 2009.

CLÁUDIO TOMAZ DE FREITAS
Prefeito do Município de Iturama



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 30/2018

O Projeto de Lei nº 30/2018, de autoria do Poder Executivo, tramitando por esta Casa de Leis e respectiva Secretaria, em análise por esta Procuradoria Jurídica visa alterar o Artigo 3º da Lei nº 3.912/2009 que “Desafeta e autoriza doação do imóvel que especifica e dá outras providências” alterando o prazo de reversão para o final do ano de 2021.

O Poder Público reconhecendo a importância da implantação, instalação e funcionamento do Posto Avançado da Justiça do Trabalho, na cidade de Iturama, Minas Gerais, doou o imóvel formado pela Área Institucional com 2.786,842 m², sem benfeitorias, situado nesta cidade e comarca de Iturama-MG, no bairro Recanto dos Lagos, porém para não reverter ao município e cumprir sua finalidade inicial o TRT/MG solicita a prorrogação do prazo de reversão.

Constato que o projeto de lei em estudo, no aspecto formal e legal do seu procedimento, preenche os requisitos da legislação pertinente, levando em consideração a legislação em vigor e o interesse público municipal devidamente justificado e não encontrando vícios ou ilegalidades, podendo tramitar na ordem do dia para apreciação e discussão pelos Senhores Edis desta Casa de Leis.

Portanto, como o projeto de lei vem amparado art. 111 e 112 da Lei Orgânica Municipal, não havendo inconstitucionalidade na matéria que tramita por esta Casa de Leis e respectiva Secretaria, nada impede entrar na ordem do dia para discussão e votação por 2/3 (dois terços) pelos Senhores membros desta Casa Legislativa. (art. 263, XI R.I.)

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 18 de abril de 2018.


David Tribolli Corrêa
Advogado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 30/2018

AUTOR: PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÃO: “ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º, DA LEI Nº 3.912, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009”.

DATA DE RECEBIMENTO:

ANALISADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM:

PARECER: ANEXO.

ENTREGUE À COMISSÃO:

FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM 07 / 05 /2018

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____ / ____ /2018

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM 07 / 05 /2018

ASSINATURA DO RELATOR: _____

ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM 07 / 05 /2018

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____ / ____ /2018

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM 07 / 05 /2018

ASSINATURA DO RELATOR: Roberto Amaral

ORDEM DO DIAS DAS REUNIÕES VISTO DO PRESIDENTE

8ª Reunião Ordinária EM 07 / 05 /2018 _____

_____ EM ____ / ____ /2018 _____



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 30/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º, DA LEI Nº 3.912, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 30/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.**

Câmara Municipal, em 07 de maio de 2018

Presidente: Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento

Vice-Presidente: Ricardo Oliveira de Freitas

Relator: Nivaldo Alves Ferreira





CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 30/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º, DA LEI Nº 3.912, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 30/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.**

Câmara Municipal, em 07 de maio de 2018

Presidente: Carlos Alberto Corrêa da Silva - Carlito

Vice-Presidente: Ana Lúcia Menezes Santos

Relator: Fabrício Adão Dias Amaral

| |
|---------------------------------------|
| Aprovado em <u>1ª</u> discussão |
| Por <u>unanimidade</u> |
| Sala das Sessões em <u>07/05/2018</u> |
| O Presidente |